

**CENTRO PAULA SOUZA
ETEC DR. EMÍLIO HERNANDEZ AGUILAR**

**BÁRBARA BUENO DA SILVA
TAÍNA GIANICCHINI PEREIRA**

ALEXANDRE GUSMÃO

**Franco da Rocha
2011**

Alexandre de Gusmão – Um Diplomata na Corte

Alexandre de Gusmão nasceu em Santos – SP em 1695 e faleceu em Lisboa – Portugal em 1753. Desde cedo se dedicou a invenções; Mas, tornou-se conhecido como padre voador, por inventar um objeto que o permitia andar no ar, na terra e no mar.

Gusmão iniciou seus estudos na Companhia de Jesus. Dedicou-se em seguida aos estudos da filosofia e a retórica no Colégio da Bahia. Ainda jovem foi indicado por D. João V para secretário do Conde da Ribeira. Foi para Coimbra e se formou na faculdade de leis; Depois foi para Roma, por determinação de D. João V, onde permaneceu durante sete anos.

Ocorre um rompimento de D. João V com a Santa Sé (1728), então Gusmão regressa a Portugal onde é nomeado responsável pelas questões ligadas a Portugal. Em 1729, torna-se Cavaleiro da Ordem de Cristo, em seguida torna-se fidalgo da Casa Real.

Em 1732, ele foi para a Academia Real de História. O objetivo desta era, fazer a história de Portugal e seus domínios, na perspectiva implantada na academia, que seria selecionar as memórias para criar a história oficial de Portugal.

Com relação ao Brasil, Alexandre desempenhou a função de negociar tratados e a função de problemas advindos da administração Ultramarina. Ele iniciou essa função quando o Ultramar português estava em uma situação

“tensa”, que foi quando se iniciou a cobrança do quinto advindo da mineração brasileira.

Em 1734, as questões brasileiras sobre o Brasil passavam pelas mãos de Gusmão. Isso porque ele possuía uma percepção apurada da dinâmica e funcionamento político dos Estados e negócios do reino.

O ano de 1735, a Região do Prata, fronteira entre Argentina e Uruguai passa por um momento difícil. Os portugueses são cercados na Colônia do Sacramento.

A situação se encontrava tão tensa que foi necessárias intervenções da Inglaterra, Holanda e França para que em 1737, a paz fosse restabelecida no local.

Por conta de seus interesses Portugal foi obrigado a modificar suas alianças, distanciando-se da Inglaterra e aproximando-se da França, que se propunha a ajudar Portugal nas negociações de Madri.

O Conselho Ultramarino foi fundado em 1640, regulamentando-se em 1642. A função de Gusmão era toda a administração da Província Ultramar.

A filha de D. João V, D. Maria Bárbara de Bragança casou-se com Fernando VI, e esse enlace matrimonial favoreceu negociações realizadas por Gusmão, dispondo de informações Geográficas e Jurídicas sobre a Colônia de Sacramento.

Portugal cedeu através de Gusmão o local da Colônia, e como retribuição, Portugal recebeu o direito de grande parte da bacia amazônica.

Ter concebido o tratado de Madri tornou Alexandre muito importante para a história do Brasil. Anexando as terras que os paulistas, com o tempo, haviam ocupado, desrespeitando o meridiano de Tordesilhas.

Alexandre perde espaço político depois do falecimento de D. João V, apesar de continuar no Conselho Ultramarino respondendo a questões que envolviam o Brasil, seu campo de influência foi totalmente diminuído. Nesta fase difícil em sua carreira política escreveu o texto: “Impugnação ao parecer do brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos” onde defende o Tratado de Madri.

Na sequência, seus desentendimentos com o Marques de Pombal fizeram de Gusmão, uma referência na oposição ao poder. Desgostoso com a situação que passou a viver veio a falecer em 31 de agosto de 1753

A delimitação de fronteiras é um assunto extremamente importante nas relações internacionais. Características geográficas como relevo, densidade de povoamento, acesso ao mar, posição insular entre outras, acentuavam os

interesses políticos e econômicos, fazendo então com que os Vínculos entre Estados fossem frequentemente regulamentados.

A partir do século XVIII os Estados tiveram condições de delimitar suas fronteiras com mais exatidão, criando maneiras mais eficientes de controle da rota marítima, circulação de mercadorias e do homem. Essas organizações de sistemas políticos, por necessidade geral, sugeriam constantes mudanças para que os conflitos, não gerassem prejuízo para sociedades em questão.

É necessário considerar o cosmopolitismo do século XVIII

Na Europa, (fruto dos Estados absolutos, das guerras de religião e das ambigüidades geradas pelas fronteiras religiosas) para podermos compreender a importância de Gusmão com relação às fronteiras brasileiras.

As disputas religiosas e políticas ampliavam o campo da tolerância na Europa, e favoreciam o surgimento de alguns pensadores da época, de um desejo de paz perpétua.

De acordo com essa perspectiva muitos diplomatas procuravam constituir políticas que solucionassem os problemas, evitando os conflitos sangrentos que resultassem em guerras entre Estados cujos interesses estivessem em jogo. Não era fácil, como ainda não é construir políticas que delimitassem a posse de um território e, ao mesmo tempo favoreça a negociação entre as partes.

O equilíbrio internacional é de extrema importância, porque a ausência de leis estabelecidas favorece, em inúmeras circunstâncias históricas, o surgimento de guerras. Nessa idéia, Alexandre de Gusmão merece destaque, entre os homens de seu tempo, em relação a sua capacidade de “delinear” as nossas fronteiras e de propor soluções geográficas que diminuíssem as tensões durante um tempo longo o bastante para mantê-los em conformidade com os Tratados.

Alguns importantes nomes de uma ordem Internacional que defenda a paz serão citados abaixo:

- Erasmo (1469-1536) em 1517 na “*Lamentação da Paz*” considerava a guerra indigna de homens dotados da razão.

- Francisco Vitória (1486-1546), considerava a paz um ideal a ser alcançado e a guerra um mal a ser evitado; ele foi um dos fundadores do Direito Internacional, pensava na formação de uma comunidade internacional capaz de se proteger contra injustiças.

As questões internacionais, em algumas embaixadas abriam mão das questões morais para ir de encontro seus interesses.

Os embaixadores italianos eram hábeis diplomatas, em diversas circunstâncias atuavam como espiões para desequilibrar o inimigo e, principalmente incitá-los a guerra entre si.

Maquiavel (1469-1527) deixou claro em sua obra o modo como “um príncipe” deve agir de acordo com a política. Ele dizia que ao assumir o cargo de governante recentemente, este não deve praticar atos “ingênuos”. Ele deve medir a quantidade de maldade necessária, porém sem esquecer-se dos princípios da bondade para quando for necessário usá-los.

de Madri favoreceram o reconhecimento das fronteiras a partir de um levantamento realizados por comissões. Os cartógrafos mapearam as bacias fluviais e realizaram relatórios.

O Tratado de Tordesilhas dividiu o mundo entre Portugal e Espanha; sua importância foi enorme porque se constituiu em uma negociação realizada por dois Estados, e não em função de uma decisão papal.

No Brasil, mesmo com o Tratado, era clara a interferência de franceses e flamengos para ocupar as terras descobertas por Portugal. Logo, o Tratado não resolveu conflitos ao fixar fronteiras, porém foi de grande importância para negociações futuras.

Portugal e Espanha enfrentaram dificuldades com relação ao Tratado de Tordesilhas, tais como:

- Impossibilidade com recursos da época, que não deixara clara a definição de onde passava a linha imaginária.
- Desconhecimento da dimensão do continente americano, e o interesse prioritário dos portugueses pelo Caminho das Índias.

- Os obstáculos encontrados por colonizadores de ambos os Estados, em relação à natureza dos lugares que seriam colonizados.

No século XVIII conforme a ocupação do território, os colonos descobriram terras que não haviam sido colonizadas e eram férteis, como em São Vicente. Houve também o descobrimento de minas de ouro no interior do país (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás), que favoreceu processo de abertura de caminhos e conseqüentemente a interiorização das populações luso-brasileiras.

Os jesuítas espanhóis fixaram aldeias no Paraguai e no Orenoco, aproveitando-se da mão-de-obra indígena.

De acordo com o povoamento luso-brasileiro no Sul, podemos estabelecer algumas datas como marcas importantes: o povoamento de Paranaguá (1648); povoamento de Curitiba (1668); povoamento de Santa Catarina (1677).

Comprovando a preocupação de Portugal com o Prata, foram enviadas para a região cinco embarcações. O objetivo era claro: Criar uma povoação em frente à Buenos Aires. Como resposta, os espanhóis em sete de agosto de 1680 tomaram o povoado.

Para evitar um aprofundamento dos conflitos, em 1681, a Colônia do Sacramento foi devolvida para Portugal até que houvesse um entendimento entre Portugal e Espanha.

Os portugueses adquiriram uma estratégia: Incentivaram os brancos a formarem casais com índios, como um meio conservar a posse da terra por meio de ocupação, até porque se tratava de uma área muito importante, tanto do ponto de vista político quanto econômico.

Em 1701, Felipe V assinou um tratado com Portugal, onde a Espanha renunciava aos direitos obtidos nas negociações em 1681. Os motivos que influenciaram esse acordo eram furto das dificuldades enfrentadas por Portugal e Espanha com outras potências marítimas (Inglaterra e Holanda), que, favoreceram a Grande

Aliança (entre Portugal e Espanha), que foi concebida no Tratado de Maio de 1703.

Um exército hispano-guarani em 1704, cercou a Colônia do Sacramento em que os habitantes resistiram durante cinco meses aos ataques; Essa revolta foi uma repercussão de uma guerra entre Portugal e Espanha.

Portugal assinou em Utrecht em 1713 e 1715, tratados com a França e Espanha redefinindo suas fronteiras. Os franceses desistiam de suas pretensões na região que vai da Costa do Cabo Norte até o Amazonas, aceitando a fronteira do Oiapoque, e os espanhóis aceitavam a soberania portuguesa na região da Colônia do Sacramento. Nesse período, os colonizadores portugueses eram incentivados pelo ouro e pelo avanço dos luso-brasileiros em direção ao Paraguai.

Manter o equilíbrio entre os interesses de Portugal e Espanha era difícil. Mas com a chegada ao trono de Fernando VI que era casado com uma infanta portuguesa, representou a chance de suavizar os conflitos; porém foi necessária a presença de diplomatas capazes de compor um delicado e complexo equilíbrio, para agradar ambos os lados; a vertente portuguesa foi representada por Alexandre de Gusmão, e a espanhola por D. José de Carvajal y Lancaster.

Anexos:



Ilustração 1: Alexandre de Gusmão

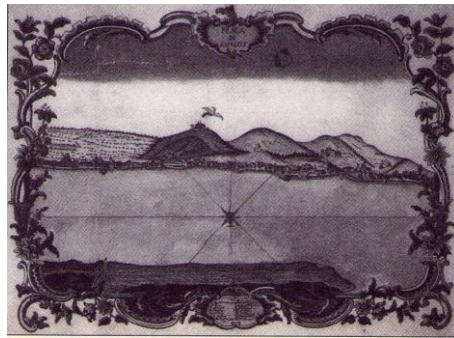


Ilustração 2: Vista da cidade de Santos, onde nasceu Alexandre de Gusmão.



Ilustração 3: Universidade de Coimbra, Portugal, século XVIII



Ilustração 4: D. João V, rei de Portugal.



Ilustração 5: Maria Bárbara de Bragança, filha de D. João V e rainha de Espanha.



Ilustração 6: Erasmo de Roterdã, diplomata que considerava a guerra indigna de homens dotados de razão.



Ilustração 7: Maquiavel, fundador da ciência política moderna.